

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro & BARBOSA, Raoni Borges. Dissenso e fragmentação dos códigos personalizados de aliança: fofocas, bochichos e outras formas cotidianas de controle e administração de tensões em um bairro popular. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 14-27, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965

DOSSIÊ

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Dissenso e fragmentação dos códigos personalizados de aliança: Fofocas, Bochichos e Outras Formas Cotidianas de Controle e Administração de Tensões em um bairro popular

Dissent and fragmentation processes of alliance codes: Gossip, rumors and other daily forms of control and administration of tensions in a popular neighborhood

*Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Raoni Borges Barbosa*

Resumo: Este artigo discute a convivência entre moradores de um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba. A base de reflexão se apóia em uma pesquisa de campo desenvolvida na capital paraibana para um projeto maior sobre medos corriqueiros e a construção imaginária das cidades no Brasil, a partir de entrevistas e histórias de vida dos moradores do bairro do Varjão, também nominado Rangel, pelos moradores e conhecido pelo alto índice de violência e pela pobreza dos seus habitantes. Interessa compreender as formas intensas de interação entre os moradores e as possibilidades de controle social e de administração das tensões resultante deste processo e o seu uso no cotidiano do bairro: seus conflitos, formas de gestão e gerenciamento, mobilização política, choque entre forças locais e os regimes de subjetividade que daí emerge. A análise se apóia nas entrevistas com moradores de um conjunto de ruas, e na visão dessas pessoas sobre os outros moradores da rua e, por extensão, do bairro e da cidade como um todo. **Palavras-Chave:** medos corriqueiros, Brasil urbano contemporâneo, cidade de João Pessoa – Paraíba, controle social e administração cotidiana de conflitos, bairro do Varjão/Rangel

Abstract: This article discusses the coexistence among residents of a popular neighborhood in the city of João Pessoa, Paraíba. The basis for reflection is based on a field research developed in the same city for a larger project about everyday fears and the imaginary construction of cities in Brazil, based on interviews and life stories of residents of the neighborhood of Varjão, also nominated Rangel, and which is known for its high level of violence and the poverty of its inhabitants. It seeks to understand the intense forms of interaction between residents and the possibilities of social control and management of tensions resulting from this process and their use in the daily life of the neighborhood: their conflicts and management forms, political mobilization and the regimes of subjectivity that emerges from these interactions. The analysis is based on interviews with residents of a set of streets, and on the view of these people on the other residents of the street and, by extension, the neighborhood and the city as a whole. **Keywords:** everyday fears, urban contemporary Brazil, city of João Pessoa - Paraíba, social control and daily administration of conflicts, neighborhood of Varjão/Rangel

Este artigo* discute a convivência entre moradores de um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba. A base de reflexão se apóia em uma pesquisa de campo desenvolvida na capital paraibana para um projeto maior sobre medos corriqueiros e a construção imaginária das cidades no Brasil (KOURY, 2000), a partir de entrevistas e histórias de vida dos moradores do bairro do Varjão, também nominado Rangel, pelos moradores e conhecido pelo alto índice de violência e pela pobreza dos seus habitantes¹.

O que interessa compreender são as formas intensas de interação entre os moradores e as possibilidades de controle social e de administração das tensões resultante deste processo e o seu uso no cotidiano do bairro: seus conflitos, formas de gestão e gerenciamento, mobilização política, choque entre forças locais e os regimes de subjetividade que daí emerge. A análise se apóia nas entrevistas com moradores de um conjunto de ruas, e na visão dessas pessoas sobre os outros moradores da rua e, por extensão, do bairro e da cidade como um todo.

Grande parte dos moradores entrevistados começou a habitar o bairro desde os anos de 1920, quando ainda o bairro do Varjão/Rangel era uma grande várzea. Outros foram chegando em levadas pelos anos subsequentes e por lá se estabeleceram. Todos se conhecem, participam e interagem intensamente entre si.

Poucos são os moradores recém-chegados e, mesmo estes, logo entram no cotidiano de interação com os demais habitantes. Em diversos relatos de moradores mais antigos, as casas foram construídas em regime de mutirão e muitas benfeitorias na rua e no bairro foram realizadas com a ajuda de todos. O que só fortaleceu o clima de amizade e solidariedade entre as famílias locais.

Nos anos de 1970 em diante, porém, o bairro cresceu muito e enclaves surgiram com ocupações desordenadas por todo o bairro, principalmente, pela redefinição de bairros populares como periferias, ao lado de delimitações conformadoras de outros bairros, destinados às classes médias da cidade, como os bairros de Cristo Redentor e Água Fria, que fazem fronteira com o Varjão/Rangel. Estes bairros mais recentes problematizam a pobreza, a violência e os baixos padrões de moralidade do Varjão/Rangel e se atritam com as imagens de bairro problema que a cidade faz dele e que contamina os moradores dos outros bairros fronteiriços, criando, segundo depoimentos, constrangimentos aos moradores e desvalorizando seus investimentos em moradias e comércio.

Os dois pólos de pressão colocam os moradores do bairro do Varjão/Rangel em frequentes tensões em busca de salvaguardar a face (GOFFMAN, 2012) de si e do bairro como um lugar ordeiro e de gente de bem. Esforço que desmorona com as imagens produzidas pela mídia sobre a violência e a pobreza local, bem como pelas invasões de levadas de novos moradores vindos do interior do estado da Paraíba ou de outros estados vizinhos, criando no imaginário do morador fronteiras simbólicas móveis entre os estabelecidos e os novos moradores (ELIAS, 2000). Invasões que ocupam áreas desabitadas de terrenos públicos² ou invadem a reserva florestal, conhecida como Mata do Buraquinho, que compõe uma das fronteiras do bairro.

Nas ruas objeto desta etnografia, houve uma ocupação, “súbita”, no dizer dos moradores já estabelecidos, no final dos anos de 1990. A ocupação se deu em uma área pública ociosa de propriedade da prefeitura da cidade, com demanda para a construção de um parque, ou mesmo de escola, posto de saúde ou outra benfeitoria para o bairro. A partir de então os moradores passaram a conviver com um grande número barracos armados por sem tetos, muitos deles já iniciando construções de alvenaria.

Esta ocupação, ou *invasão*, - como os mais antigos costumam denominar, - modificou a rotina dos moradores das ruas trabalhadas, e as discussões sobre esses novos habitantes provocaram dissenso entre eles. É bom lembrar que muitos destes moradores estão unidos por códigos de aliança variados, sendo, portanto, amigos, compadres ou parentes de outros mais

* A primeira versão deste artigo foi apresentada na 39ª Reunião Anual da ANPOCS, GT 34 – Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço público. Caxambu, 26-30 de outubro de 2015.

¹ O bairro em 2010 contava com 4701 domicílios e uma população estimada de 16.900 habitantes. Quase 80% com renda de até um salário mínimo (IBGE, 2010).

² A ocupação se instalou próximo a uma encosta de morro, e faz parte da zona inundável do Rio Jaguaribe. Atualmente, a área se encontra densamente povoada.

antigos da rua ou do bairro. Os quais chegaram através de indicações de redes homofílicas que norteiam desde o início a ocupação do bairro.

Por essas razões, têm os seus projetos individuais e coletivos fortemente influenciados por mecanismos de dádiva, gratidão e reputação que repercutem de imediato nas cadeias de interdependência (ELIAS, 1994) que cruzam o bairro. Muitos acreditavam, assim, que os novos moradores advindos desta ocupação dos anos de 1990 e aqui tratados, possuem o direito de permanecer no local e que deveria haver um esforço dos mais antigos para os integrarem ao bairro e a rua.

A maior parte dos moradores, porém, achavam que a *ocupação* ou a *invasão*, como preferem afirmar, provocou um grande contratempo na vida cotidiana local. A convivência forçada com esses novos habitantes só criava, segundo suas narrativas, situações de desordem e provocava a reprodução de uma imagem de bairro problema junto à cidade e os bairros vizinhos.

Alegavam que, “se a prefeitura não toma uma atitude para resolver esse problema de invasão em um terreno da união, então a rua e o bairro deveriam tomar para si a tarefa de removê-los da comunidade”³. Apesar da divergência entre os moradores mais antigos sobre a permanência ou não dos novos moradores que ocuparam o terreno baldio, todos os moradores das ruas próximas e adjacentes à invasão, contudo, são unânimes na afirmação de que o bairro sofreu uma baixa estima e a imagem dos demais bairros da cidade em relação ao Varjão/Rangel foi afetada por esta ocupação, e pelas inúmeras invasões sofridas nos últimos quarenta anos pelo bairro.

Não só o crescimento acelerado e a forma improvisada com que o bairro do Varjão foi sendo constituído contribuíram para esta baixa na estima e na depreciação do bairro frente à cidade como um todo, mas, principalmente, a imagem da violência e da desordem deles advindos. As estatísticas informam o bairro com um dos mais perigosos de João Pessoa e “um reduto de bandidos” que ameaça moralmente e fisicamente a cidade, como informam cotidianamente os mapas da violência, produzidos pelas secretarias estaduais e pela polícia e divulgadas pela imprensa local.

Esta imagem da violência também faz parte do discurso de muitos moradores mais antigos e já estabelecidos no bairro e, aqui, com ênfase nas ruas aqui trabalhadas, que afirmam lutar “por uma imagem de um bairro ordeiro e de gente de bem”: luta esta que parte inclusive por uma mudança do nome oficial Varjão, para um outro, Rangel. Este, sim, representante de um novo bairro, ordeiro, disciplinado, não violento, que diluiria e substituiria, por fim, a imagem de degradação e violência instituídas na cidade de João Pessoa pelo Varjão (KOURY, 2014, BARBOSA, 2015).

É sobre essa tensão entre iguais, em que se classificam mutuamente como estabelecidos e invasores, na configuração de um ordenamento moral e sobre a modificação na reputação do bairro perante a cidade e os bairros vizinhos, a influência desta reputação na visão de si e do outro entre os moradores do bairro, as disputas morais resultantes e o sistema de desculpas e acusações daí propiciado, que este artigo versará. Tem como objeto central as micropolíticas e as conformações cotidianas do controle social nas situações armadas e ocasionadas pela tensão resultante da chegada de novos e inoportunos moradores que ajudam a processar uma imagem de degradação ao já mal-afamado Varjão. Situações estas caracterizadas através da imputação do contágio para os novos bairros, de classes médias, e pela presença de bolsões de miséria oriundas das ocupações de sem tetos que armam suas barracas e teimam em não sair do local.

Dissenso e fragmentação dos códigos de aliança

Este artigo busca refletir os dissensos, as formas de arregimentação de forças pa-ra o disciplinamento moral do bairro, e a fragmentação de laços de compadrio e parentesco que unem e ao mesmo tempo pulverizam as relações. O que ocasiona tensões permanentes de ódio e amor entre si, e a um processo de acusação e segmentação de um lugar de dois nomes entre uma quase esquizofrênica repartição de um bairro que se pensa e se quer civilizado, o Rangel, e um bairro que se diz e se acusa de marginal, o Varjão.

Desde os anos de 1970 o Varjão vai se configurando como bairro e vem sofrendo pressões que o conduzem para uma redefinição espacial e moralizadora. Redefinições estas que conduzem e transformam as comunidades locais, até então dispersas no interior da grande várzea à margem sul

³Entrevista com uma das lideranças que se mobilizou a favor da permanência dos novos ocupantes.

do rio Jaguaribe, para novos reordenamentos internos e mais condizentes com a reestruturação da cidade de João Pessoa com a sua expansão e criação de novos bairros na zona sul da cidade.

Constrangidas pela criação de conjuntos habitacionais que logo a seguir vão se configurando e se assentando no formato de bairros de classe média, como o do Cristo Redentor, as comunidades até então dispersas e espalhadas pela grande várzea do rio Jaguaribe, na sua margem sul, fronteiriças e com penetração na reserva de mata atlântica ali situada, começam a se agregar em um novo formato, forçado, é bom frisar, de um bairro. São montadas ruas, as comunidades passam por reordenamento urbanístico que transpassam as suas fronteiras, aproximando-as e às vezes embaralhando os seus limites físico e simbólico. O que amplia os conflitos entre grupos comunitários nem sempre próximos e com grandes disputas nas formas organizativas, morais e de princípios e códigos de honra (GOFFMAN, 2010).

A grande várzea ao sul do Rio Jaguaribe, é importante salientar aqui, foi ocupada por levas populacionais vindas do interior do estado da Paraíba ou de estados vizinhos, desde os anos de 1920, quando se dão as primeiras notícias de sua ocupação. Grupos de trinta a cinquenta famílias, amigas ou com laços de parentesco vinham e invadiam a área, faziam uma clareira na reserva de mata atlântica, construíam pequenas casas de taipa em um traçado peculiar a cada comunidade, com uma pequena capela, locais de lazer, bares, e construção de espaços para troca e venda de seus produtos, artesanatos de utensílios domésticos, produtos de caça trazidos da mata, de pescaria nas águas do Jaguaribe, ou de, posteriormente, produtos dos roçados e de criação de animais domésticos, como galinha, porcos, entre outros, segundo depoimento de Vó Mera, uma moradora antiga e personagem símbolo de identidade cultural do bairro, contido na monografia de Cunha (2006).

Cada comunidade tinha uma organização quase autossuficiente, e dependiam muito pouco da cidade, que também as ignorava. A não ser nas diversas disputas de honra e de disputas territoriais entre as comunidades, onde a força policial se fazia presente para a contenção dos comunitários envolvidos, o que fazia a área da margem sul do rio Jaguaribe ser malvista pela cidade como “um bando de arruaceiros”, de acordo com a imprensa local, nos raros episódios que se ocupavam com notícias de ações policiais nos arredores da cidade de João Pessoa.

Embora em disputas constantes, as diversas comunidades da margem sul do Jaguaribe, por outro lado, também mantinham diversas trocas entre si, não só se matavam, mas também trocavam mercadorias, em escambo ou moeda, como também casavam entre si, estreitando laços entre elas. Muito embora tais casamentos acontecessem após longas disputas e acusações morais e de reparação à honra comunitária nas investidas amorosas dos jovens que ousavam desconhecer as fronteiras morais e comportamentais que regiam cada comunidade.

Vencidas as pândegas de honra, geralmente após conflitos com muita acusação e às vezes mortes, alianças eram construídas gerando novas possibilidades organizativas e de respeito entre as comunidades envolvidas. Deste modo, os elos internos a cada comunidade eram expandidos entre comunidades em códigos de aliança variados, sendo, portanto, amigos, compadres e parentes, onde se montavam redes de interdependência entre os comunitários nas comunidades agora entrelaçadas, não sem estranhamentos possíveis e acusações advindas da administração de conflitos localizados, onde as origens dos comunitários envolvidos eram usadas para ofensas morais por parte dos outros envolvidos, e vice-versa.

Isso se dava, principalmente, pelas constantes levas de novos comunitários, em cada comunidade instalada, através de redes homofílicas, parentes, conhecidos, conhecidos de parentes e de outros conhecidos que largavam o seu lugar de origem à procura de um novo lugar onde pudessem instituir novos projetos e garantia de sobrevivência pessoal e familiar. Mas, no geral, um reordenamento moral e territorial era satisfeito e regimes de paz pelas alianças montadas permitiam certo controle social local pelos próprios comunitários e comunidades em aliança.

Nos anos de 1970, os processos de urbanização e reordenamento da cidade (MAIA, 2000; LAVIERI & LAVIERI, 1999) desorganizam as comunidades presentes no Varjão: na grande várzea do rio, bem como para além da várzea, destruindo pequeninos sítios e vacarias que abasteciam a cidade de verduras, legumes e leite, para a construção de grandes conjuntos habitacionais, onde novos bairros foram se erguendo. Os agrupamentos removidos de comunidades destruídas pela intervenção expansionista da cidade se deslocam para o norte e leste onde buscam se assentar na faixa ainda não explorada da várzea e junto às novas fronteiras da mata atlântica.

Aglomeram-se nos espaços desocupados deste estreito território gerando desconforto e tensão com relação aos comunitários lá residentes, já em frágeis alianças entre si. Nasceram deste modo os atuais contornos do bairro do Varjão, agora constrangido entre a reserva de mata atlântica, também conhecida como mata do buraquinho, ao leste, com o bairro de Cristo Redentor a Oeste, com o Bairro de Água Fria ao sul, e ao norte, o Rio Jaguaribe, que na sua margem norte abriga os bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas (Mapa 1).

A idéia de bairro vai sendo tensamente instaurada e constrangida no lugar, cedendo a idéia de comunidades, e motivada pela pressão causada pela expansão da cidade modificando a paisagem local da zona oeste e sul de João Pessoa. O que tornava o local cada vez mais urbanizado e sob o controle da cidade, em termos de disciplinamento das ruas, da legalização das áreas habitacionais (MACEDO, 2009), e da construção de vias de acesso para deslocamento da população assentada nos diversos conjuntos habitacionais que deram origem a diversos bairros, acima citados, para o centro da cidade e para os bairros onde se concentravam uma classe média e média alta local.



Mapa 1 - Varjão/Rangel, suas fronteiras e área de ocupação em 1990 (Arquivo GREM).

Entre os anos de 1970 até o ano de 1990 as comunidades do agora bairro do Varjão foram se conformando com a idéia de bairro, sem perder ao todo a personalidade in-tensa que conformou as levas populacionais que ali chegaram desde as primeiras notícias de ocupação que se tem da várzea do rio Jaguaribe. Os novos traçados de rua, as vias de acesso que o cortam no sentido de entrada e saída do bairro para outros locais, o trânsito intenso que obrigam uma grande população a passar diariamente, pelo menos duas vezes para ida ou volta do centro ou de outros bairros, caminham para um processo de integração do Varjão no roteiro urbano e nas preocupações de controle social e de segurança da administração da cidade.

Nesse período a população local se organiza em levantes reivindicatórios: lutam por infraestrutura e equipamentos urbanos de lazer, escolar, de saúde, de espaços religiosos e outros para o bairro (BARBOSA, 2001). Começa a haver, também, uma busca de integração dos moradores na rede de empregos oferecidos pela cidade de João Pessoa, e uma ampliação da luta por emprego, contra a carestia, e outras formas de organização conjuntamente com outros moradores de bairros e áreas periféricas da cidade.

Nesse período, ainda, são fundadas no bairro associações de moradores e um Conselho Comunitário dos Moradores (SILVA, 1984), e há uma integração das suas lutas e reivindicações com os demais bairros populares da cidade. Este período conforma e dá um novo sentido ao pertencimento local ao bairro e à cidade em geral. Os moradores trafegam assim de uma forma mais ou menos autossuficiente de gestão comunitária, para uma forma nova de integração ao espaço urbano e das lutas mais gerais da cidade.

Neste ínterim, vão se adequando novas formas de inserção, com investimentos progressivos em um comércio local, supermercados, padarias, feiras livres que vão se alocando em um mercado público que as abriga, no novo reordenamento do bairro, em redes escolares e de saúde, em esgotamento sanitário e calçamento de ruas e iluminação pública. Do mesmo modo que antigos moradores investem em melhoria de suas moradias, uma diferenciação começa a se estabelecer entre os que conseguiram melhorar de posição e os que ainda residem em locais de invasão⁴ (ELIAS, 2000).

A ingerência da cidade também modifica hábitos e costumes locais entre os antigos comunitários. É bem verdade que uma rede homofílica ainda continua a atuar, atraindo parentes, amigos e compadres e os que são próximos a eles, que são abrigados em *puxados* nos terrenos próximos às residências, mas também são recebidos em pequenos becos construídos entre muros de duas residências, onde são erguidos quartos para aluguel.

Esses becos e os quartos neles construídos destinam-se a novos moradores que chegam por conta própria e têm também a função de complementação da renda familiar dos proprietários, que os alugam aos novos habitantes. Assim, entre duas casas são construídas uma pequena vila de casas de um único cômodo onde convive uma família inteira por unidade e várias famílias. Esses aglomerados de casa são chamados local-mente de *becos*.

Assim, a lógica de acolhimento onde se recebiam os recém-vindos e onde os mecanismos de dádiva, gratidão e reputação que repercutem de imediato nas cadeias de interdependência que cruzam as comunidades, em uma lógica da proteção e honra e da troca de favores, agora se mescla também com outra lógica: a da submissão do recém-chegado à lógica monetária, como uma sobrerrenda para a família ou famílias dos terrenos onde os becos foram construídos. A lógica da honra convive com a lógica do direito (BERGER, 2015), a lógica da solidariedade convive com a lógica mercantil.

Os moradores dos *becos*, assim, possuem uma autonomia relativa em relação ao proprietário que os abrigou, mas, ao mesmo tempo, se sentem presos em processos de gratidão e dádiva com os proprietários dos quartos onde se abrigam. Os quartos são cedidos como uma dádiva e se espera gratidão daqueles a quem foram permitidos neles morar. A *cessão*, como é chamada no bairro, implica em uma contribuição, o aluguel, que é encarado como uma contradádiva que obriga os moradores novos a favores e gratidão aos proprietários dos imóveis.

Nos anos de 1990, quando aconteceu a ocupação denominada pelos moradores mais antigos de *invasão*, houve uma segunda fragmentação dos códigos de proteção e honra que norteavam e davam sentido à organização comunitária local. Com a reorganização das comunidades em bairro e sua assimilação como bairro pelos moradores, - e a luta por sua integração à cidade e a ampliação da luta por direitos civis, - os laços comunitários enfraqueceram e se fragmentaram. Tornaram-se mais fluidos, mas, mesmo assim, a intensa personalidade ainda resiste, e que pode ser vista e registrada pela troca de favores e pela copresença, às vezes opressiva (PRADO, 1998), dos outros na vida de cada um.

O processo de fragmentação dos laços e a persistência de uma intensa personalidade convivem, assim, de forma ambivalente e tensa no local. Ao mesmo tempo em que a lógica individualista inicia um discurso sobre os outros do bairro, a vergonha cotidiana de se colocar como morador local se manifesta, e ela se dá a cada interação nova, seja dentro ou fora do bairro. Isso acontece a todo o momento, onde e quando um morador tenha que explicar a alguém o porquê reside no Varjão, ou se possui amigos no bairro, ou sobre o que de melhor ou pior o bairro oferece, por exemplo.

São momentos em que a vergonha de ser morador de um bairro considerado violento, pobre, sujo, pelos moradores de outros bairros, ou pela imprensa local ou nos mapas de violência

⁴O pagamento do IPTU – Imposto sobre o Patrimônio Territorial Urbano, ganha, ainda hoje, uma conotação de status local, entre os que pagam impostos e os que ainda vivem em áreas de invasão (KOURY, 2014a).

policiais cala fundo no morador e onde ele tende a ser discreto ou direto na sua atitude perante o outro, seu interlocutor. Deste modo, a ambiguidade e a ambivalência ganham espaço.

De forma simultânea, em um mesmo discurso de não tenho amigos no bairro e aqui nada presta, aparece outro discurso; outro discurso que informa que é no Varjão/Rangel que reside a maioria dos familiares, de que o lugar é aprazível, fresco, arborizado, de que o bairro é próximo do centro da cidade, de que é bem servido de ônibus, e, sobretudo, de que o lugar é um lugar onde, sempre que precisou de apoio, obteve. Do mesmo modo como é um lugar onde ele, o morador informante afirma, deu apoio aos que necessitavam e que os procurou ou que ficou sabendo da necessidade e que podia ajudar.

O bairro do Varjão/Rangel, assim, convivia nos anos de 1990, como convive ainda hoje, com um processo de transição nas formas comportamentais e na etiqueta interacional. Processo de transição este, às vezes, angustiante, entre regimes de personalidade, regidos por códigos explícitos de proteção e honra, e regimes de impessoalidade, regido por códigos individualistas e de direitos que sublinham, conforme Peter Berger (2015), o homem contemporâneo.

A relação amor-ódio ao bairro, como o lugar de pertença e como lugar onde reside, parece conviver cotidianamente com o morador. Assim como um lugar de envergonhamento, em que o fato de morar no Varjão/Rangel traz consigo para além, a imagem de residir em um bairro violento e de indivíduos que se matam por qualquer coisa. Imagem velada desde o primeiro advento de notícias na mídia e configurada no imaginário da população da cidade de João Pessoa a partir dos anos de 1920, - e mais detida-mente a partir dos anos de 1970, - quanto às antigas comunidades se reconfiguram e se moldam a uma figuração nova de bairro, e este bairro inicia o seu processo tenso de integração à cidade, sob o perfil, quase caricatura, de um bairro problema.

Com a reconfiguração urbana e a transformação das comunidades em bairro nos anos de 1970, e a internalização e integração dos moradores à cidade e às lutas por melhoria do bairro, esse imaginário é vivido pelos moradores através dos sentimentos de constrangimento e de vergonha. O que reforça o estranhamento do morador do bairro sobre o próprio bairro (o Varjão), tentando se afastar dele e justificando o porquê ainda não o ter feito. Ao mesmo tempo em que busca se afastar desta imagem e lutar pela construção de uma nova, onde se olhe a si e ao bairro como um lugar plausível, bom de morar e de pessoas de bem, o Rangel.

Esta ambivalência gera sofrimento social e um manancial de justificações e desculpas que deem conta dessa distinção entre o bairro Varjão, - expresso na mídia e no imaginário da cidade como violento, - e o bairro onde mora, - onde investimentos emotivos, financeiros e de pertencimento foram realizados, e onde se sentem protegidos pela rede comunitária ainda existente, apesar de fragmentada em seus alcances simbólicos, - o Rangel. Entre as desculpas e justificações se encontra, nos esquemas de acusações, outro tipo de morador, visto como aquele que perturba os moradores já estabelecidos. Estes são, de maneira especial, distinguidos entre os recém-chegados ao bairro, ou entre aqueles que se estabelecem nos *enclaves* ou nos *aglomerados subnormais*, - termo técnico utilizado pelas políticas públicas brasileira dos anos de 1980 e 1990, - do lugar.

Na acusação cotidiana, estes outros são vistos como os que desestabilizam os esforços de integração do agora bairro à cidade. Através das acusações a esse tipo de morador acontece a *catarse*, bem no estilo durkheimiano, de onde o mal é diagnosticado e por onde se pode pensar uma lógica moral condizente com as pessoas de bem que habitam o local.

A dicotomia parece então ser resolvida pela demonização e desfiguração moral do outro, isto é, dos que vivem nos bolsões de pobreza ou nos recém-chegados. Nesta lógica acusativa assentar uma desculpa para si próprios e para os outros interlocutores, como uma espécie de purificação dos moradores como homens de bem, honestos e estabelecidos e que lutam pela melhoria do bairro como local de pertença e de bem viver.

É nessa época também, os anos de 1970, que se dá um movimento para mudança do nome do bairro, de Varjão para Rangel. Movimento este assumido pela mídia e pela cidade, em geral, que adotou o nome Rangel para designar o bairro do Varjão.

O bairro, desde então, passou a ser um lugar de dois nomes, um oficial, *Varjão* e o outro oficioso, mas desejado, *Rangel*. Para piorar a situação, consolidando essa dicotomia, em 1998, a Lei Municipal n. 1574, - que reeditou e atualizou os nomes dos bairros da capital paraibana, - passou por cima da reivindicação dos moradores e da aceitação da cidade de mudança de nome do bairro de Varjão para Rangel, e oficializou definitivamente o nome *Varjão* como nome do lugar.

Portanto, invertendo os códigos de liminaridade, o oficial *Varjão*, é visto pelo morador como o não bairro, composto por todos aqueles não integrados e contidos nas acusações dos seus moradores; e o nome oficioso, *Rangel*, é o nome do coração, dos que se sentem ajustados ao lugar, como bom de viver, isto é, do bairro agradável e de pessoas consideradas honestas e de bem. Destarte, o *Varjão* é o local onde residem todos os que, de uma forma ou de outra, ameaçam a paz do bairro; lugar utilizado freqüentemente no sistema acusatório e de justificativa local pelos moradores para acusar o outro morador visto como fora dos padrões e da moralidade local. Indivíduos estes tidos como diferentes dos que acusam, isto é, os moradores do Varjão são diferentes dos moradores do Rangel.

Essa catarse aparentemente resolvida nessa ambivalência de nomes, porém, é motivo de dissenso interno no bairro e de ressentimento em relação à cidade e a imprensa. Ressentimento moldado em afirmações contidas em vários depoimentos de moradores de que tanto a imprensa como toda a cidade de João Pessoa “*compraram* o nome Rangel”, isso desde a sua invenção como caminho para a moralização do bairro, com o movimento pela mudança de nome nos anos de 1970, e mesmo após a oficialização do nome Varjão pela Lei Municipal 1574, mas, só para misturar e confundir ainda mais os esforços de dignificação do bairro pelos moradores.

A *compra* do nome só serviu para atrapalhar os esforços dos moradores para limpar o nome do bairro, em seus esforços de integração à cidade: o Varjão foi fundido com o Rangel nas leituras do bairro feita pela cidade e pela imprensa, trazendo para o Rangel as mazelas do Varjão. Esse ressentimento do bairro vem à tona e aparece quando a mídia e a cidade ao admitirem o nome Rangel como o nome do bairro, o adotando nas configurações e nomeações do lugar, não fazem a separação entre Varjão e Rangel, mas utilizam o nome Rangel como sendo Varjão.

Para os moradores do bairro, ao desprezarem o esforço de significação do lugar como Rangel, como forma de integração dignificada à cidade, e o misturarem ao Varjão, a cidade e a mídia apenas transferiram a demonização diagnosticada no Varjão, visto como bairro violento e indisciplinado, para o Rangel. O que colocou os dois bairros como um único bairro e seus habitantes como pessoas semelhantes, isto é, violentas, mal-educadas, indisciplinadas, não civilizadas, enfim.

Por outro lado, o dissenso interno adquire uma conotação ambivalente e quase esquizofrênica, dependendo do lugar de fala de um morador, o outro morador reside no Varjão ou reside no Rangel. Assim, qualquer um pode ser acusado de ser de um ou de outro lugar, não havendo deste modo uma fronteira específica que identifique um morador do Rangel ou do Varjão, todos são ao mesmo tempo moradores do Varjão/Rangel. Mas, ao mesmo tempo, todos são Rangel e os outros todos, também, de acordo de onde parta a indicação acusatória, Varjão.

Sua manipulação enquanto movimento acusatório ou de justificação depende, sempre, de quem informa e das impressões que usa para acusar ou se defender. Fronteiras simbólicas móveis que fazem o bairro ser um local de dois nomes e de muitos lugares, e onde o outro é sempre aquele que não satisfaz e visto como moralmente frágil, e o *eu*, aquele que acusa ou se justifica, como aquele que busca defender o bairro e sempre tido como moralmente correto e íntegro. Quando não, vítima direta ou indireta dos outros, que o faz sentir vergonha de morar no bairro e de ser confundido e embaraçado com a imagem acusatória da cidade sobre o bairro.

Tensão entre iguais

Nos anos de 1990, várias famílias vindas de outras partes da cidade de João Pessoa e do interior do estado ocupam uma área ainda não completamente habitada do bairro do Varjão/Rangel. Essa ocupação foi considerada, pelos moradores já assentados, e com posse legal de seus lotes e, - segundo informações dos próprios moradores na época, - “com investimentos feitos no lugar”, - como uma invasão.

Ao acordarem pela manhã, os moradores se depararam do lado norte das ruas aqui trabalhadas com muitas barracas construídas em uma área perto de uma grande depressão no terreno, próxima à margem sul do rio Jaguaribe. Barracas armadas de muitas maneiras e formatos: algumas de plástico, outras de pedaços de madeiras, algumas já com estrutura central armada de um único cômodo para ser colocado o barro, em construção de taipa, todas, porém, já com delimitações do terreno destinado a cada família que ocupou o espaço.

As barracas se estendiam pelo terreno e desciam, inclusive, a encosta da depressão. Os ocupantes tinham reservado uma área comum onde construíram uma espécie de cozinha coletiva,

algumas mulheres já circulavam nos seus afazeres domésticos e os homens na organização estrutural do lugar, como traçados tortos e estreitos para a circulação das pessoas no interior da ocupação e delimitação do espaço das suas margens direita e esquerda adotando as linhas traçadas pelas ruas adjacentes, no sentido vertical [norte-sul] seguindo até a depressão. Outros se ocupavam da feitura mais firme das barracas improvisadas na noite anterior. As crianças pululavam de um lado para o outro, alegrando o ambiente.

A ocupação vivia o momento extraordinário do recém-chegado, ainda com tudo para organizar e sem um cotidiano plausível. Tudo era novidade, tudo era trabalho, tudo era disposição para o novo, para o que vier. Do mesmo modo, as ruas próximas a ocupação acordavam com a quebra da normalidade que compunha o seu cotidiano. Diferente do extraordinário vivido como novidade e ansiedade pelos novos ocupantes do espaço, os moradores já assentados viviam outro extraordinário, movido pela surpresa, pela curiosidade e pela indignação.

Em conversa sobre esse momento com alguns dos entrevistados moradores das ruas próximas, foi revelado não terem ouvido nenhum barulho estranho durante a madrugada da ocupação, e se surpreenderam ao abrir as portas de suas residências ao amanhecer. Todos afirmam a surpresa com o novo cenário que cobria a paisagem até então devoluta da margem norte da rua, se espraiando pelas seguintes.

Outros falaram da *indignação* com o fato após a *surpresa*, e a necessidade de se conversar sobre o que estava acontecendo e tentar entender e tomar providências. Como pode ser visto, por exemplo, no depoimento de um entrevistado, pedreiro e um dos moradores de uma das ruas próximas à ocupação, e um dos mais embravecidos:

Fiquei indignado quando abri a porta da minha casa, saí para comprar pão e me deparei com um amontoado de barracas pro lado de lá [apontando para o norte] da rua, nas proximidades da barreira. [...] Uma ruma de gente já estava se acumulando na beira observando a cena [...] e começaram a falar do acontecido e perguntaram o que é que nós vamos fazer. Eu disse 'sei não, mas a gente precisa se sentar e conversar. Vamos chamar outros amigos e dez horas lá em casa'. Todos concordaram e ficaram cada um de chamar mais conhecidos e moradores das ruas⁵ próximas para a reunião. [...].

Surpresa e indignação são dois termos reativos a um acontecimento inesperado. Trazem em si respostas emocionais, com configurações psíquicas ou corporais, no indivíduo ou grupo de indivíduos afetados por eles; ou sociais, nas refutações ou buscas de respostas coletivas a uma dada situação, cuja ocorrência surpreendeu.

A emoção advinda pela surpresa é sentida tanto como um sentimento positivo quanto negativo, isso de acordo como o fato e a situação por ela originado atinge o indivíduo ou grupo. A indignação, por sua vez, é uma emoção que incide nos indivíduos ou grupos por ela atingidos como um sentimento visto sempre como negativo.

A emoção surpresa sentida como uma emoção negativa prepara o terreno para a indignação. Esta última sempre referenciada ao conjunto de expectativas em relação a um determinado contexto ou situação concreta em que o indivíduo, grupo ou comunidade se encontram. O que pode causar apenas um susto, como também um abalo, um espanto e assombro, e provoca de imediato uma reação de choque, de sobressalto, de perturbação e de comoção individual, ou, em um processo reativo mais lento, para o sentido de uma busca coletiva de compreensão e agência sobre o fato que a causou.

Ambos os termos, surpresa e indignação, ou ambas as emoções, são sentimentos morais. Eles fazem parte de uma cultura emotiva que enreda em si um código de conduta sociocultural expresso tanto em reação às novidades, quanto como respostas ao elemento de desconformidade da ação que gerou a surpresa e a indignação em relação ao padrão aceito como normal em um dado contexto. A indignação, portanto, é uma reação posterior à surpresa, quando esta última se expressa nos termos de descontentamento em relação a algum evento que mexe com um determinado código de valores pessoais, social ou cultural.

⁵Optou-se por usar nomes fictícios para pessoas e ruas.

A indignação surge, assim, como uma reação espontânea a presença de um ato de injustiça, de ofensa ou de revolta, praticado diretamente ou indiretamente contra uma pessoa, grupo ou comunidade. Mas, também, pode ser uma emoção sentida por empatia a um indivíduo, grupo ou comunidade que sofreu um tratamento considerado incorreto.

A indignação, destarte, processa um maior nível de tensão ou provoca uma possibilidade aberta para uma crise ou abatimento moral em relação ao ato que causou ou foi objeto da surpresa. O que provoca um abalo no frágil equilíbrio de valores e de confiança pessoal ou local, exigindo uma ação reparadora por parte dos envolvidos, - no caso, os que foram surpreendidos e os que causaram a surpresa e indignação.

Simmel (2014) discute a questão do terceiro elemento como aquele que complexifica uma relação societária ao apontar para uma necessidade de retomada dos valores e expectativas instituídos em função das provocações possíveis originadas com o aparecimento da novidade trazida pela configuração do fato novo. Fato que desequilibra os valores e as projeções do si e do outro, - enquanto morador, enquanto olhar da cidade e da mídia, - constituídos localmente, e sobre os projetos esperados para si e para o local, vistos como coletivos.

O terceiro elemento, esse outro que surge de forma abrupta e não desejada, assim, provoca reação de surpresa ou de indignação ao denunciar, com a sua presença, a fragilidade dos vínculos em que se assentam os conjuntos de expectativas para o local e das possíveis alianças entre os envolvidos, - no caso, os vizinhos, - e em relação aos códigos de valores e argumentos morais pensados como instituídos naquele e para aquele contexto. Denuncia também, no caso específico aqui tratado, o isolamento do bairro ao conjunto de valores almejados como direitos e esperanças de integração aos códigos de moralidade da cidade, cenário mais amplo em que se encontra inserido. O que revela a condição de periferia do bairro e de ser considerado como um lugar “aonde mora qualquer um e aonde qualquer um chega e se assenta”, como objetivado por um entrevistado.

A surpresa e a indignação, portanto, provocam o sentimento do injusto ou da injustiça sofrida pelos moradores estabelecidos, em relação ao fato da ocupação, considerada pelos moradores já assentados como *invasão*. O fato da ocupação trouxe em si, - impressos na surpresa e na indignação que provocou, - um alto custo emocional para os indivíduos envolvidos. O sentimento de injustiça trabalhado por Barrington Moore Jr (1987) compreende tal comiseração como uma falência moral e, ao mesmo tempo, como uma denúncia pública desta falência para os que o sentem.

O sentimento de injustiça assim provoca reações individuais e coletivas ao fato que o causou nos indivíduos acometidos. Age como se eles estivessem sido atingidos, ou mesmo agredidos ou atacados por um episódio destruturador de si próprios, dos seus projetos, de suas expectativas, de suas projeções, de seus anseios e moralidade. Os impulsionando a agir, individual ou coletivamente.

O sentimento de indignação se surge como uma reação emotiva à presença de um ato de injustiça, logo pode se manifestar também de forma racional. O que pode gerar uma espécie de movimento de indignação e reparação, quando um grupo ou coletividade se reúne para entender e enfrentar a situação com um projeto de ação racional de defesa dos seus valores, podendo esta ação ou conjunto de ações adotar um formato ordeiro, - através de conversa com os causadores do fato, ou de cartas ou manifestações de repúdio junto à imprensa, ou, até mesmo, de cobranças junto a autoridades e reclamações de ordem judicial, - ou não (BOLTANSKI, 2001; WERNECK, 2013).

Foi o que aconteceu no episódio aqui trabalhado. Um grupo de moradores, in-dignados com o fato da ocupação, se junta e tenta criar uma união moral, reunindo indivíduos com o mesmo sentimento de insatisfação em relação ao fato da ocupação, gerando um movimento contrário a ela, - e sentida pelos moradores já estabelecidos como *invasão*. Este movimento procura reivindicar reparações contra os atos ou efeitos causados na comunidade afetada pela *invasão*, e considerados como injustos e destruturadores das expectativas e valores locais. Injustiça e desagregação em relação a uma variedade de expectativas: sejam estas financeiras, morais ou éticas, todas elas consideradas danosas ao bem comum local, ou avaliadas como prejudiciais.

No caso aqui tratado, em uma reunião na casa de um dos moradores mais indignados⁶ e um dos *puxadores* da reunião [como os organizadores se autointitulavam em entrevista] “todos os presentes, - de acordo com sua narrativa, - expressou o seu descontentamento e muitos revelaram preocupação com a ocupação e os seus ocupantes”. Destes, uma boa parte falou dos prejuízos que tal ocupação geraria para os negócios locais e o receio com desvalorização dos imóveis e a perda dos investimentos realizados, outros tantos se lembraram das consequências para uma possível e subsequente baixa-estima no bairro e entre os seus moradores, com dano no já pouco prestígio junto aos outros bairros fronteiriços ao Varjão/Rangel, e da cidade de João Pessoa como um todo. “Outra ruma”, segundo a fala de um dos organizadores da reunião, “[...] falaram que precisariam tomar uma atitude enérgica contra os invasores, já que não poderiam contar com os homens do poder para que isso acontecesse”.

Essa configuração de um ordenamento moral se encontra refletida sobre dois conjuntos de queixas. O primeiro trata em torno de prejuízos possíveis para os negócios locais e o receio com a desvalorização dos imóveis e a consequente perda dos investimentos realizados, o segundo conjunto gira em volta de queixas sobre a ampliação da má reputação do bairro perante si mesmo e aos demais bairros da cidade e à cidade como um todo, com reflexo sobre a possível e subsequente queda na já baixa-estima local.

Nos dois conjuntos estão presentes as noções de exauteração, de desprestígio e descrédito, vistos como trazendo consequências negativas para a dignidade e a distinção locais. O que se encontrava em jogo, nas queixas e reclamações dos moradores mais antigos, era o conceito de reputação local, do bairro, e por decorrência, de todos os moradores do Varjão/Rangel.

A reflexão realizada pelos moradores insatisfeitos com a nova ocupação do bairro era a de que o ato provocaria [se já não tivesse provocado] um aumento da depreciação do bairro e seus moradores perante a cidade e os bairros próximos. A reputação bem como a depreciação são conceitos que se estabelecem ou são sentidos através do olhar público ou da sociedade em torno, e onde se vive.

A reputação, como também, a mancha sobre ela, que torna uma imagem pessoal, social ou objetual desacreditada, na visão dos moradores, estabelece uma imagem negativa que interfere junto aos seus esforços de dignificação do bairro e de busca de distinção (BOURDIEU, 2007) junto à sociedade maior, isto é, os bairros circunvizinhos e a cidade de João Pessoa como um todo.

De acordo com a narrativa de uma moradora, comerciante em uma rua próxima à ocupação:

“a má reputação sempre chega aos lugares antes de mim, pois a reputação de alguém, ou de onde esse alguém mora, é o que os outros pensam dele e do local onde vive. Dessa maneira, prá nós moradores, que lutamos pela melhoria do bairro e investimos toda a nossa economia nos investimentos que fizemos no local, vê esse povo invadindo, é ver todo o nosso esforço indo de água a baixo. [...] O Rangel que ajudamos a erguer é o Varjão, nessa invasão de novo à solta, [...] por isso que temos tanta dificuldade de vê a cidade olhar a gente e pro Rangel com respeito. Nós continuamos como gente ruim, por melhor que se lute prá mostrar que somos diferentes, e esse bairro é um local e um ambiente desacreditado... Prá mim, prá sempre vai ser assim... eu, por mim, já teria ido embora daqui, se não fosse o nosso negocinho. Mas agora, sei não... essa invasão, esse povo a emporcalhar o ambiente, o dano que a gente tá sofrendo por causa deles, nem o negócio compensa o esforço prá continuar aqui. Sei não... acho que tô ficando meio desaperançada...”

Destarte, a idéia de dano material e de dano moral configurou todo o processo de arregimentação dos moradores antigos para expulsão dos novos moradores do lugar. De acordo com Holanda (1988) o termo dano, tem o significado de mal ou de ofensa e prejuízo moral ou material.

⁶Às 10 horas da manhã a casa ficou pequena, segundo relato no diário de campo, para todos os que queriam participar da reunião, sendo obrigados a procurar outro local nas redondezas que coubesse a todos. O pátio da escola próxima foi o local encontrado e ocupado para a reunião que teve início uma hora depois da hora marcada. [...]. Nesta reunião tiveram voz, além dos organizadores, vários outros moradores locais, comerciantes, e pastores evangélicos de igrejas adjacentes ao local ocupado.

Nesse diapasão, a diferenciação entre *nós* e *eles*, - nominados de *esse povo*, de gente que *emporcalha* o ambiente, - conforma o ordenamento moral que enquadra a invasão como um prejuízo aos esforços de melhoria do bairro e como um insulto e uma agressão moral aos moradores já estabelecidos. As queixas, assim, parecem se amoldarem como *insultos moral*. Para Cardoso de Oliveira (2005, p. 2), o conceito de insulto moral aviva “duas características principais do fenômeno: (1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro”.

É sobre esse conceito de agressão moral causados pela invasão que se articulou as disputas morais entre os moradores. O que propiciou e deu início a um sistema de desculpas e acusações expondo preconceitos e vulnerabilidades (GOFFMAN, 2012a) de ambos os lados. O que ampliou os dissensos, e as formas de arregimentação de forças para o disciplinamento moral do bairro. Sente-se, a partir dessa ocupação, um sentimento de falência do sentido de comunidade que até então perfazia o imaginário dos moradores locais, desde a década de 1920. Sentimento este que foi se perdendo quando o conceito de bairro começou a se erigir sobre a noção de comunidade.

É bem verdade, de acordo com vários entrevistados, que dentre os moradores já estabelecidos, alguns poucos ainda ousaram provocar o sentimento de comunidade e de esforço solidário para com os novos moradores. Mas, “só uns poucos se atreveram a agir e falar em seu nome [dos novos ocupantes]”.

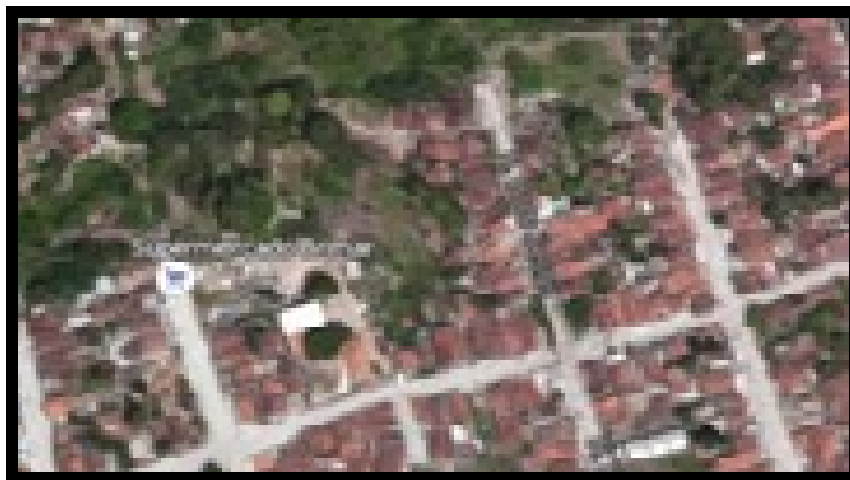
Segundo um entrevistado⁷,

“[...] muitos que ali estavam [na ocupação] eram pessoas como nós éramos e muito de nós já foram pobres, expulsos do seu lugar e sem ter onde ficar. [...]. A gente devia pensar nisso e, se não ajudar, pelo menos deixar eles ficarem e se arranjar por lá, como a gente mesmo já fez antes e antes...”.

Segundo uma entrevistada⁸,

“teve gente mesmo que chegou a vaiar a gente que falava a favor da permanência dos novos moradores; e outros ainda gritavam ‘leva eles prá casa’. E aí a gente [...] deixamos de falar com eles e tomamos partido dos novos moradores [...] Nos outros dias, de fato, alguns dos moradores levaram algumas famílias da ocupação para as suas casas”.

Mais tarde permitiram que os *acolhidos* [como costumam nominar] construíssem um quartinho ou um *puxado* por trás da casa deles e lá e de lá reconstruíssem suas vidas. Mas essa atitude foi tomada por poucos, uma grande parte ficou na ocupação e por lá começaram a remontar e se misturar no bairro.



⁷Funileiro e morador antigo de uma das ruas atingidas pela ocupação, e que ficou também ao lado dos novos moradores.

⁸Moradora do lugar desde os anos de 1980, desde o início a favor de aceitar os novos ocupantes, “como a gente viveu e organizou a nossa”.

Foto 1 - Visão do lugar onde se deu a ocupação. Foto de 2012 (Arquivo GREM).

Passados um pouco mais de vinte anos é possível ver, hoje, a ocupação já consolidada (Foto 1). A ocupação se deu acima da rua com traçado horizontal, atingindo todas as ruas transversais que a cortam. Como se pode ver, pela imagem acima, as ruas foram ordenadas, dando uma continuidade às demais, e prosseguindo até a depressão (na parte verde no canto superior da fotografia).

As casas ainda aparentam ser mais pobres do que as da área dos então estabelecidos (Foto 2). Desde então, é importante frisar, novas ocupações aconteceram, com uma profusão de casas desordenadas descendo encosta abaixo, em situações de risco.

Ainda hoje, vários moradores do bairro que viveram a tensão da ocupação dos anos de 1990 não se falam, motivados pelas tensões permanentes vividas de ódio e amor geradas nesse processo de disputas morais ocasionados pela ocupação. Ainda se acusam e empurram para os que fizeram parte da *invasão* como ainda costumam falar, a degeneração e a fraqueza moral do bairro. Ou se defendem, acusando os acusadores de tentarem viver uma vida que não possuem, e perder o sentido do melhor que o bairro possui: o espírito de comunidade e de solidariedade, e de que todos se ajudam quando precisam.



Foto 2 - As casas ainda aparentam ser pobres (Arquivo GREM).

Mas todos são unânimes em afirmar o estigma da cidade sobre os moradores e sobre o bairro do Rangel, e em sua maioria afirmam que se puderem sairiam do bairro, mas, em outras circunstâncias, também afirmam que o Rangel é o lugar melhor de se viver: tranquilo, calmo, bom comércio, boa gente, que costumam se ajudar uns aos outros, e onde possuem parentes e amigos próximos. Como também, que o problema do bairro é o pessoal do Varjão, os desocupados, engraçadinhos, desordeiros, violentos, que a cidade costuma confundir com os do Rangel.

Enfim, modificado e se modificando, o Varjão/Rangel continua um bairro de dois nomes. Um lugar com disputas morais pungentes, com desculpas e acusações sobre o processo de morar no bairro, e com uma cultura emotiva tensa e ambivalente. O que perfaz um ambiente com uma montagem moral complexa e sempre em disputa, recheada de amor e ódio ao bairro e ao outro habitante, bem como pelo processo de humilhação pelo estigma com que a cidade trata os moradores e o lugar.

Referências

BARBOSA, Maria do Socorro Borges. *Lições das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras de Mandacaru*. (Dissertação). João Pessoa: PPGE/UFPB, 2001.

BARBOSA, Raoni Borges. *Medos Corriqueiros e Vergonha cotidiana: Um estudo em Antropologia das Emoções*. Recife: Bagaço, 2015.

BERGER, Peter. “Sobre a obsolescência do conceito de honra” [seguido de] “Duas notas de rodapé sobre a obsolescência da honra”. *RBSE* –

Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 14, n. 41, pp. 7-20, 2015.

BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencia: tres ensayos de la sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007

- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luiz Roberto. *Direitos, Insulto e Cidadania: Existe Violência Sem Agressão Moral?* Série Antropologia DAN UnB, n. 37, 2005.
- CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. *Aprendendo a pesquisar: ouvindo, apreendendo e contando a história de vida de Vó Mera*. TCC. João Pessoa: CCS/ UFPB, 2006.
- ELIAS, Norbert / Scotson, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012a.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamentos em Lugares Públicos – Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- IBGE. *Censo Brasileiro – 2010*. <http://censo2010.ibge.gov.br>. 2010. (Lido em 10/09/2015).
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Relações sociais no cotidiano: processos de sociabilidade e de justificação como formas renovadas de solidariedade e conflito. *RBSE*, v. 13, n. 39, pp. 285-300, 2014.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa personalidade. *Etnográfica*, v. 18, n. 3, p. 521-549a, 2014a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos corriqueiros: a construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes das cidades brasileiras na contemporaneidade*. Projeto de Pesquisa. João Pessoa: GREM/ UFPB, 2000.
- KOURY, Mauro Guilherme e BARBOSA, Raoni Borges. *Da subjetividade às emoções: antropologia e a sociologia das emoções no Brasil*. Recife: Bagaço, 2015.
- LAVIERI, João; LAVIERI, Ma. Beatriz F. Evolução Urbana de João Pessoa Pós-60. In: Regina C. Gonçalves et al (Orgs). *A Questão Urbana na Paraíba*. João Pessoa: EdUFPB, 1999, p. 39-65.
- MACEDO, M.A, et al. *Ação estatal e movimento de moradores em João Pessoa: 1967-1986*. Relatório final. DSS. Arquivo Central da Secretaria de Administração de João Pessoa, 2009.
- MAIA, Doralice Sátyro. *Tempos lentos na cidade: Permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB*. Tese. São Paulo: USP, 2000.
- MOORE Jr., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRADO, Rosane M. Cidade pequena: Paraíso e inferno da personalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n. 4, pp. 31-56, 1998.
- SILVA, Mário Ângelo da. *Conselho Comunitário: Estudo de Caso de Um Movimento Popular na Periferia de João Pessoa – PB*. Dissertação. MSS/UFPB, 1984.
- SIMMEL, G. A tríade. In: Maria Cláudia Coelho (Org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2014, p. 45-64.
- WERNECK, Alexandre. *A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2013.